

As Campanhas Cisplatinas e a Primeira Condecoração do Império do Brasil

David André Levy

O período compreendido entre a chegada da família real em 1808 e a independência do Brasil em 1822 coincide com mudanças importantes na numária brasileira. A criação do 960 Réis, e sua evolução através dos seus 5 principais tipos (carimbo de Minas, colônia, série especial, reino unido e império), além dos carimbos regionais de Mato Grosso e Cuiabá, e das primeiras cédulas do Banco do Brasil estão intimamente correlacionadas com os fatos históricos desencadeados pelas invasões napoleônicas.

Da mesma maneira, a criação da primeira condecoração militar do Império do Brasil - a Medalha de Distinção do Exército do Sul, também conhecida como Medalha do Barão da Laguna, dada por serviço em campanhas no sul do Brasil entre 1811 e 1824 - foi criada por D. Pedro I em 31 de Janeiro de 1823 e é consequência direta dos mesmos fatos históricos, e cujos resultados afetaram profundamente a região do Rio da Prata e o que viria a ser a Província Cisplatina e posteriormente a República Oriental do Uruguai.

A Vila Rica Moedas orgulhosamente oferece em seu 14º Leilão em dezembro de 2022 uma raríssima Medalha de Distinção do Exército do Sul, acompanhada de outras 4 medalhas portuguesas, também muito raras, entregues por D. João VI aos veteranos da Divisão de Voluntários Reais que permaneceram fiéis a Portugal.

A chamada Banda Oriental do Uruguai, que na época colonial compreendia os territórios a leste do rio Uruguai desde o Paraná até o Uruguai, sempre foi do interesse do Império português. Com a vinda da Família Real para o Brasil e posterior elevação da colônia à categoria de Reino Unido, a atuação do Brasil na região do Prata se intensificou.

Em maio de 1810 houve a independência de Buenos Aires, e a criação das Províncias Unidas do Rio da Prata, que desejavam a anexação da Banda Oriental ao novo país. Em fevereiro de 1811, se dá o Grito de Asencio, tradicionalmente considerado como ponto de partida da revolução pela independência do Uruguai. Em maio de 1811, o movimento autonomista, agora liderado pelo capitão José Gervasio Artigas, já havia tomado todo o país com a exceção de Montevidéu. Devido às revoltas internas, o governo uruguaio em Montevidéu recorreu à ajuda lusa, e Dom João enviou o chamado Exército de Observação para apoiar a cidade. Em julho de 1811 deu-se a invasão, e em outubro do mesmo ano as tropas portuguesas chegaram em Maldonado, sem reação uruguaia.

Ainda em outubro, pressionado pelos britânicos (sempre eles), interessados no porto de Montevidéu, e acuado pelas tropas portuguesas, o vice-rei uruguaio, que era fiel à Espanha, assinou um armistício (o Tratado de Pacificação) com as tropas rebeldes de José Artigas, que retornaram à Salto, bem como com as tropas de Buenos Aires, que retrocederam.

Em 1816 D. João enviou ao sul a "Divisão de Voluntários Reais do Rei", comandados pelo general Carlos Frederico Lecór. Este era um corpo do exército português criado em 1815 e enviado ao Brasil com o pretexto de pacificar a região do Rio da Prata, em auxílio ao vice-rei espanhol. Em meados de outubro de 1816, Lecór invadiu o Uruguai. Como consequência desta invasão, e em resposta às resoluções do Congresso de Tucumán - que além de marcarem a Declaração de Independência da Argentina, em 9 de julho de 1816, estabeleceram a separação do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia das Províncias Unidas - Artigas uma vez mais entrou em guerra contra o exército luso-brasileiro que invadira a Banda Oriental. Derrotado na batalha de Catalán em 1817,

Artigas iniciou movimentos de guerrilha que duraram três anos. Não podendo mais resistir, e após a derrota na Batalha de Tacuarembó em 1820, ele se asilou no Paraguai, onde morreu trinta anos depois, sem haver retornado a seu país. José Gervásio Artigas é reverenciado como um herói nacional do Uruguai.

Após quase 10 anos de conflitos e desordens, a região que hoje conhecemos por Uruguai estava devastada, e os campos despovoados de gado. As circunstâncias eram tais que a população estava disposta a aceitar qualquer solução que trouxesse alguma paz. Foi nessas condições que se deu a anexação da nova província ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves por Tratado de 31 de julho de 1821, sancionada por uma Congresso reunido por Lécor. A província anexada é referida pelos portugueses como "Província Cisplatina" (prefixo cis, do lado de cá; e platina, referente ao Rio da Prata: do mesmo lado do Rio da Prata que o Brasil).

Em 7 de setembro de 1822 D. Pedro, filho de D. João VI proclamou a independência do Brasil, e tomou o título de imperador Pedro I. A carta magna adotada pelo Brasil possuía o mesmo corte liberal que havia em Portugal e por isso a independência teve a adesão dos intelectuais brasileiros e da comunidade internacional. Quase que a totalidade da Província Cisplatina aderiu à criação do Império brasileiro, com a notável exceção da cidade de Montevidéu. A razão para isso foi que a chamada "Divisão de Voluntários Reais do Rei", único exército na região com formação realmente profissional, estava acantonada dentro da capital e suas imediações. Praticamente todos os comandantes tomaram a decisão de manter a lealdade ao rei de Portugal, não reconhecendo a legitimidade de D. Pedro I como imperador.

Como consequência houve uma divisão de lealdades tanto dentro do exército português quanto dentre os uruguaios. Aqueles que tomaram partido do novo império, chamados de "Imperiais", eram liderados, surpreendentemente, pelo general em chefe dos Voluntários, Carlos Frederico Lécor, agora Barão de Laguna. A força contrária, chamada de "Realistas" era formada pelos partidários de Portugal e estavam sob o comando de D. Álvaro da Costa.

Tudo isso se deu em dezembro de 1822. O comandante brasileiro emitiu uma ordem para que os Realistas deixassem Montevidéu e se dirigissem a Maldonado, para que fossem embarcados para a Europa. As tropas não obedeceram, e Lécor organizou um cerco à cidade de Montevidéu e seus arredores. Os combates entre Imperiais e Realistas continuaram pelo ano de 1823, com resultados tendo sido majoritariamente favoráveis aos últimos. Porém, a derrota naval na Batalha de Montevidéu em 21 de outubro de 1823 contribuiu para acelerar a rendição das tropas leais a Portugal, e um armistício foi firmado no mesmo mês, com a capitulação definitiva dos Realistas. O evento marcou o fim da resistência contra a independência do Brasil em seu território. As tropas portuguesas deixaram Montevidéu em fevereiro de 1824, chegando em Portugal em março do mesmo ano.

A independência do Uruguai só se daria em 1828. Em 25 de agosto de 1825, um movimento chamado "Os Trinta e Três Orientais", liderado por Juan Antonio Lavalleja e com o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata declarou a independência uruguaia. Essa foi a causa da Guerra da Cisplatina, que após 500 dias terminou sem vencedores. Em 1828, o Tratado de Montevidéu, promovido pelo Reino Unido, deu origem ao Uruguai como Estado independente.

As medalhas descritas neste artigo se inserem no contexto da revolta das tropas portuguesas acantonadas em Montevidéu quando da independência do Brasil, e do subsequente sítio à cidade e seus arredores pelas tropas comandadas por Lecór, Barão de Laguna.

A primeira, e mais importante do grupo, é a Medalha de Distinção do Exército do Sul, também conhecida como Medalha do Barão da Laguna, ou Medalha Lécor, criada pelo decreto de 31 de janeiro de 1823. É a primeira condecoração do Império do Brasil. Esta era entregue apenas aos soldados que se proclamaram leais ao Imperador e que haviam participado da campanha que

se havia estendido de 1817 a 1822. Para deixar clara a distinção entre aqueles que haviam jurado fidelidade ao império daqueles que queriam permanecer súditos do rei de Portugal, a medalha deveria incorporar uma barra que destacasse o “glorioso” ano de 1822, o ano em que se havia proclamado a independência do Brasil e que D. Pedro I havia sido coroado imperador.



Condecoração 1: Medalha de Distinção do Exército do Sul, também conhecida como Medalha do Barão da Laguna, ou Medalha Lécor. Em forma de cruz, em prata (destinada a oficiais exceto generais, que a recebiam em ouro; também havia em estanho ou metal branco para os praças e empregados civis). A cruz é encimada por um dragão alado que representa a Casa de Bragança, à qual D. Pedro continuava a pertencer. No anverso, o centro em esmalte azul, e nele gravado um ramo de oliveira com cinco folhas, posto sobre o Serro de Montevidéu e a letra “M”; com a inscrição MONTEVIDEO, em cima, e um ramo de louro embaixo. No reverso, o centro em esmalte verde com a legenda PETRUS / I. B. I / D. , significando Petrus Primus, Brasiliae Imperator Dedit (Pedro Primeiro, Imperador do Brasil, o dedica). Nos braços estão inscritos quais dos anos do conflito a pessoa condecorada atuou; no caso deste exemplar 1817, 1818, 1819, 1820, 1821 e 1822. A medalha era usada do lado esquerdo do peito, pendente de fita verde, orlada de amarelo, com passador em metal correspondente ao da cruz, com a legenda MDCCCXXII. Este exemplar é a ilustração B-1, pág 71, de Chao, Fernando: Premios y Condecoraciones em Territorio Uruguayo 1807-1830, Rosário, 2020.

Esta é uma condecoração muito rara. Chao relaciona 8: Jacques Schulman 1924 (lote 24), Coleção Particular (esta medalha), Revista da SNB 1938, Julius Meili (a mesma que em Jacques Schulman 1911), Museo Udaondo (ex Coleção Enrique Penã), Coleção Museu Eugênio Teixeira Leal (Inventário do Banco Econômico da Bahia), outra do Museo Udaondo (ex Coleção Enrique Penã) mas com apenas duas datas, e Ex Coleção Marcelo Tibúrcio.

Com a chegada em Portugal das tropas que haviam se negado a aceitar a soberania de D. Pedro I, D. João VI considerou que era justo e devido reconhecer aqueles que mostraram devoção e fidelidade à sua pessoa. Não só isso, mas essas tropas haviam em algum momento ocupado todo o território cisplatino, e não haviam sido derrotadas nenhuma vez pelas tropas imperiais. Em 25 de Julho de 1824, D. João VI assinou um decreto autorizando a criação da Cruz de Montevidéu, uma condecoração específica aos militares que permaneceram fiéis ao Rei naqueles anos de 1822 e 1823, enquanto muitos de seus companheiros haviam aceitado a soberania brasileira. Foram entregues 98 condecorações de grau ouro para oficiais superiores, sendo que os demais oficiais receberam uma de prata.



Condecoração 2: Cruz de Montevidéu em grau ouro para oficiais superiores. Em formato de cruz de malta, cujos extremos dos braços encontram-se apoiados sobre uma coroa de louros circular; intercalados com os braços, emergem pequenas pontas terminadas com uma esfera. No medalhão central, a efígie de D. João VI rodeada pela legenda VOLUNTARIOS REAES D'EL REI; no reverso MONTEVIDEO / 1822 E 1823. Passador com legenda em duas linhas FIDELIDADE, VALOR / E CONSTANCIA (o que, de acordo com Fernando Chao, se interpreta como uma resposta ao MDCCCXXII da condecoração brasileira). Sem cinta. Ex. coleção Alberto J. Derman. Este exemplar é a 1ª ilustração, pág 83, de Chao, Fernando: Premios y Condecoraciones em Territorio Uruguayo 1807-1830, Rosário, 2020.

Da mais alta raridade. Além do exemplar ilustrado em Chao (este), só localizei outro em Schulman (1924, lote 23). O exemplar ilustrado em Estrela (2009) é o da variante menor (“à brasileira”); os demais são em grau prata.



Condecoração 3: Cruz de Montevidéu em grau ouro para oficiais superiores. Em formato de cruz de malta, cujos extremos dos braços encontram-se apoiados sobre uma coroa de louros circular; intercalados com os braços, emergem pequenas pontas terminadas com uma esfera. No medalhão central, a efígie de D. João VI rodeada pela legenda VOLUNTARIOS REAES D'EL REI; no reverso MONTEVIDEO / 1822 E 1823. Sem cinta nem passador. De tamanho menor daquele estabelecido no decreto ("à brasileira"). Ex. coleção Alberto J. Derman. Este exemplar é a 2ª ilustração, pág 83, de Chao, Fernando: Premios y Condecoraciones em Territorio Uruguayo 1807-1830, Rosário, 2020.

Muito rara. Um exemplar ilustrado em Chao (este), outro em Estrela (2009), proveniente de uma coleção particular. Morton & Eden Ltd ofereceu um em seu leilão 77 (dezembro de 2015, Lote 576) onde realizou £1.800,00 + BP.

Um decreto anexo, mas que foi publicado em 23 de agosto do mesmo ano, estabeleceu a criação de uma condecoração complementar à anterior. A Estrela de Montevidéu deveria ser concedida aos "Voluntários" que haviam participado da ocupação da Banda Oriental desde 1817, mas que por alguma Ordem Régia se viram obrigados a partir para outro destino, ou que tenham sido destacados a outros serviços não militares em outros territórios e, portanto, não haviam feito parte daquele contingente sitiado em Montevidéu durante o biênio 1822/1823. Esta condecoração também foi dada aos combatentes na Armada que havia ajudado a provisionar a cidade de Montevidéu durante o sítio, e que haviam combatido a frota imperial brasileira. Finalmente, também foi dada a funcionários civis que acompanharam as tropas de ocupação. Foram entregues 74 condecorações em ouro para oficiais superiores (dois deles britânicos), e em prata para oficiais inferiores e civis.



Condecoração 4: Estrela de Montevideu em grau ouro para oficiais superiores. Em formato de uma estrela de sete ângulos intercalados com outros sete em forma de folhas de oliveira. No medalhão central, a efigie de D. João VI rodeada pela legenda VOLUNTARIOS REAES D'EL REI; e em volta uma coroa circular de louros; no reverso, a palavra MONTEVIDEO abaixo de três rosetas, e mais abaixo uma espécie de cálice. Da mesma maneira que o anverso, o motivo central está rodeado por uma coroa circular de louros. Sem cinta (essa condecoração não levava passador). Ex. coleção Alberto J. Derman. Este exemplar é ilustrado na página 84 de Chao, Fernando: Premios y Condecoraciones em Territorio Uruguayo 1807-1830, Rosário, 2020.

Muito rara. Além do exemplo ilustrado por Chao (este), Estrela traz outros dois, porém ambos com o reverso diferente (apenas a palavra MONTEVIDEO) do ordenado por decreto (3 rosetas / MONTEVIDEO / cálice). Outros dois exemplares (Morton & Eden 77, dezembro de 2015, Lote 575, £1.500,00 + BP e Andreas Thies EK, leilão 68, julho de 2020, lote 216) parecem ter sido feitos fora das especificações originais, pois há muitas diferenças estilísticas. Finalmente, há um exemplar vendido pela Heritage Auctions no leilão 3049 (Long Beach, Signature Auction, 8-13 de setembro de 2016), lote 30508 que realizou \$11.000,00 + BP). Este é idêntico (se não o mesmo) ao ilustrado por Estrela, página 196.



Condecoração 5: Estrela de Montevideu em grau prata para oficiais inferiores. Em formato de uma estrela de oito ângulos, sendo que sete destas com pontas em formato de gota; no lugar do oitavo ângulo (às 12:00) encontra-se o escudo de armas de Portugal, encimado pela coroa real. No anverso, o medalhão central apresenta a efígie de D. João VI rodeada por uma coroa circular de louros em esmalte verde; no reverso, a palavra MONTEVIDEO abaixo de três rosetas, e mais abaixo uma espécie de cálice. Da mesma maneira que o anverso, o motivo central está rodeado por uma coroa circular de louros em esmalte verde. Sem cinta (essa condecoração não levava passador). Exemplar fabricado fora das especificações previstas no decreto real. Ex. coleção Alberto J. Derman. Este exemplar é ilustrado na página 85 de Chao, Fernando: Premios y Condecoraciones em Territorio Uruguayo 1807-1830, Rosário, 2020.

Da mais alta raridade. Há outro exemplar semelhante publicado em Estrela, Paulo Jorge: Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1824, Lisboa 2009. Tanto Estrela quanto Chao afirmam ter conhecimento destes dois exemplares apenas.

São Paulo, novembro de 2022

Bibliografia:

- Chao, Fernando: Premios y Condecoraciones em Territorio Uruguayo 1807-1830, Rosário, 2020
- Estrela, Paulo Jorge: Ordens e Condecorações Portuguesas 1793-1824, Lisboa 2009
- Condecorações e Medalhas Militares (Catálogo Inventário), Banco Econômico da Bahia S.A. / Museu de Numismática - Gráfica do BEB, Salvador, 1968
- Quinta-Nova, Jorge: Clio & Marte História e Colecionismo Militar, em cliomarte.blogspot.com
- Província_Cisplatina, em pt.wikipedia.org/wiki/Província_Cisplatina
- Godoy, Olavo Pinheiro: Inventário das Medalhas, Ordens e Comendas Militares
- Avillera, Javier: Condecoraciones y Medallas Militares de las Campañas Luso-Brasileñas en la Banda Oriental, revista digital UNAM, Ano 3, No 22, Jan/Fev 2018
- Schulman, J: Catalogue d'Une Collection Renommée de Médailles du Brésil, 16/Jun/1924, Amsterdam
- Silva, João Batista de Medella: Cruz de Montevideo, Revista da Sociedade Numismática Brasileira, Ano 6, Nº 3 e 4, São Paulo, 1938